

# Pessoas com deficiência e o acesso à informação durante as atividades remotas na Universidade Federal do Ceará

*People with disabilities and the information access during the remote activities at the Federal University of Ceará*

Ítalo Teixeira Chaves   

Flávio Sousa de Andrade Júnior   

Raquel Gomes Justino de Siqueira   

Giovanna Rocha Fernandes   

Maria de Fátima Oliveira Costa   

## Resumo

**Introdução:** Discute questões relacionadas aos estudos de usuários, protagonismo e empoderamento social, a partir de uma pesquisa voltada à comunidade de pessoas com deficiência da Universidade Federal do Ceará (UFC) durante a pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2). **Objetivos:** Tem como objetivo geral descobrir se existem e quais são os desafios envolvendo o uso e acesso à informação a comunidade de Pessoas com Deficiência na UFC durante as atividades remotas. Como objetivos específicos pretende a) analisar se houve material e métodos acessíveis; b) investigar se a comunidade estudada possui condições estruturais, tecnológicas e psicológicas para realização das atividades remotas e c) identificar se a comunidade estudada possui agentes de acessibilidade. **Metodologia:** Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental para a construção de referencial teórico e optou-se pela pesquisa de caráter exploratório, com uma abordagem qualitativa. Utiliza o formulário eletrônico como instrumento de coleta de dados, com questões objetivas e subjetivas. **Resultados:** Houve dificuldades relacionadas à acessibilidade de diversos tipos durante as atividades remotas, por outro lado, existiram facilitações em decorrência do uso de Tecnologia Assistiva. **Conclusão:** A realização dos estudos de usuários é fundamental para compreender de maneira sistêmica e holística as nuances que envolvem os usuários da informação. O bibliotecário nesse contexto é o profissional que pode operacionalizar tais estudos, para a partir disso promover políticas de inclusão, integração e acessibilidade.

**Palavras-chave:** pessoas com deficiência; estudos de usuários; acessibilidade; tecnologias assistivas.



# folha de rosto

Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação

Juazeiro do Norte, v. 8, n. 2, p. 31-58, maio/ago. 2022. ISSN 2447-0120. DOI 10.56837/fr.2022.v8.n2.761.

## Abstract

**Introduction:** It discusses issues related to user studies, protagonism and social empowerment, based on a research aimed at the community of people with disabilities at the Federal University of Ceará (UFC) during the new Coronavirus disease (SARS-CoV-2) pandemic. **Objectives:** Its general objective is to find out if there are and what are the challenges involving the use and access of information for the community of people with disabilities at UFC during the remote activities. As a specific objective it intends to: a) To analyze if there were accessible methods and materials; b) To investigate if the studied community has structural, technological and psychological conditions for carrying out remote activities. c) To identify if the studied community has accessibility agents. **Methodology:** A bibliographical and documentary research was carried out to construct a theoretical reference and an exploratory research was chosen, with a qualitative approach. It uses an electronic form as a data collection instrument, with objective and subjective questions. **Results:** There were difficulties related to the accessibility of different types during remote activities, on the other hand, there were facilitations due to the use of assistive technologies. **Conclusion:** The performance of user studies is essential to understand in a systematic and holistic way the nuances that involve informational subjects. The librarian in this context is the professional who can operationalize such studies, and from that point promote inclusion, integration and accessibility policies.

**Keywords:** people with disabilities. user study. accessibility. assistive technology.

## 1 Introdução

A pandemia do novo Coronavírus (SARS-CoV-2) trouxe consigo a necessidade de readaptar atividades culturais, laborais e de ensino que antes eram realizadas somente na modalidade presencial. No tocante à educação, existe uma conjuntura política com leis, decretos, planos e portarias que normatizam o ensino remoto de caráter emergencial no Brasil. Diante de tal contexto, emergem muitas questões-problema acerca da necessidade dessa adaptação de caráter emergencial para a educação remota, perpassando temas como inclusão digital e acessibilidade informacional.

As Instituições de Ensino Superior (IES) tomaram as seguintes atitudes durante a pandemia do novo coronavírus: adiantaram período de férias, suspenderam as atividades de ensino ou retomaram as atividades remotas com o auxílio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), sendo neste último caso respaldado pelas portarias 343/2020 e 345/2020 expedidas pelo Ministério da Educação (CONCEIÇÃO; ROCHA, 2020).

Com base nisso, a presente pesquisa tenciona compreender e explicitar como está ocorrendo e quais são os possíveis desdobramentos e problemáticas em torno das atividades remotas emergenciais voltadas ao ensino e ao trabalho no âmbito da Universidade Federal do Ceará. Delimitamos como público estudado a comunidade de pessoas com deficiência atendidas pela Universidade por meio da Secretaria de Acessibilidade, que abrange discentes de graduação e pós-graduação, docentes e técnicos administrativos.

Levantamos uma questão norteadora para servir como base para realização da pesquisa, tendo a atenção na delimitação da nossa comunidade pesquisada. À vista disso, elegemos como questão de partida: Quais os desafios envolvendo uso e acesso à informação pela comunidade de pessoas com deficiência (PcD) da Universidade Federal do Ceará (UFC) em decorrência à implementação das atividades remotas emergenciais?

A presente pesquisa tem como objetivo geral, descobrir se existem e quais são os desafios envolvendo o uso e acesso à informação da comunidade de PcD na Universidade Federal do Ceará durante a implementação das atividades remotas emergenciais. Como objetivos específicos, pretende:

- a) analisar se houve material e métodos acessíveis e/ou adaptados para a PcD nas atividades pedagógicas (ex: aula, avaliação, trabalho);
- b) investigar se a comunidade estudada possui condições estruturais (local adequado, silêncio), tecnológicas (recursos eletrônicos favoráveis às práticas/atividades) e psicológicas (saúde mental) para realização das atividades remotas; e
- c) identificar se a comunidade estudada possui agentes de acessibilidade responsáveis por adaptar e disseminar conteúdo acessível por meio da secretaria de acessibilidade.

## **2 Estudo de usuários da informação e as inter-relações com empoderamento e protagonismo social**

A sociedade contemporânea dispõe de múltiplas TICs as quais estão transformando todos os dias a vida das pessoas, facilitando processos do cotidiano, como uma compra *online*, a realização de transações bancárias pelo celular, dentre outras funcionalidades inerentes à sociedade da informação. Nesse novo contexto informacional, emergem também novas formas de se comportar, isto é, os usuários assumem cada vez mais um papel ativo no que diz respeito a produzir, disseminar e compartilhar conteúdos (ARAÚJO, 2017).

Diante dessas mudanças que envolvem os processos de uso, compartilhamento e disseminação da informação, é preciso voltar a atenção para os usuários, compreendê-los enquanto sujeitos que são consumidores e produtores de informação. Para isso, deve-se investigar e descobrir quais são as necessidades desses sujeitos, como auxiliá-los no processo de descoberta de informação, para tanto, é oportuno desenvolver os estudos de usuários.

Os estudos de usuários são configurados como um tipo de pesquisa que há tempos se aplica, sobretudo no campo da Biblioteconomia, para conhecer seus usuários e em função de ofertar produtos e serviços de seu interesse. Tais estudos buscam saber que tipo de informação os usuários precisam e se suas necessidades estão sendo satisfeitas. São estudos que identificam fatores no que diz respeito à busca e ao uso da informação, que possibilitam a comunicação entre os recursos de uma unidade de informação e os usuários (FIGUEIREDO, 1994).

A literatura científica aponta que, na história dos estudos de usuários, existiram três períodos: o primeiro período datando de 1948 a 1965 com ênfase em descobrir as necessidades de cientistas naturais e engenheiros; o segundo período entre 1965 a 1970 teve mudanças quanto às metodologias com destaque para observação indireta, com enfoque nos tecnologistas e educadores; a partir da década de 70 tem início a terceira fase, com estudos voltados às ciências sociais e humanidades (FIGUEIREDO, 1994). Essas fases tiveram como característica comum o uso de questionários enquanto coleta de dados e uma perspectiva analítica dos dados bastante quantitativa, uma vez que eram aplicados questionários fechados, embora que na atualidade uma abordagem interacionista seja mais adequada, com o uso de entrevistas para aproximar e possibilitar diálogos entre o pesquisador e o público (ARAÚJO, 2012).

Evidenciamos com os aspectos supracitados no que diz respeito aos estudos de usuários a importância deste no contexto das unidades de informação. Isto é, “os estudos de usuários são indispensáveis para que se possa conhecer e identificar as necessidades de informação dos usuários, e também os interesses, comportamentos, acesso, uso e apropriação da informação” (COSTA, 2016, p. 25).

Nesse contexto informacional, para compreender as necessidades, práticas, costumes e demais demandas, é preciso reconhecer que o usuário é um sujeito com participação ativa na sociedade na qual está inserido. Logo, torna-se fundamental elaborar novas metodologias para realizar o estudo de comunidade e de usuários. Ressalta-se a ideia de Pinto e Araújo (2019) sobre os usuários da informação e sua complexidade enquanto indivíduo.

A ênfase no indivíduo, muitas vezes, considerado como um ser com lacunas a serem preenchidas com informações, também se mostrou insuficiente para compreender os fenômenos de demanda, necessidade, busca, uso e disseminação de informações. Um pensamento simplista

que desconsidera a complexidade da mente humana (PINTO; ARAÚJO, 2019, p. 21).

Os usuários da informação sempre foram sujeitos complexos e com demandas diversas, embora as primeiras metodologias utilizadas para realizar os estudos de usuários abordassem, sobretudo, análises quantitativas e não qualitativas. Ainda nesse contexto, os sujeitos sempre buscavam informações para diferentes fins, seja para capacitação, formação, entretenimento e lazer.

Desse modo, é importante conhecer a conceituação de empoderamento e suas relações com os usuários da informação na sociedade contemporânea. Baquero (2012, p. 12) explica que o empoderamento é discutido principalmente em áreas educativas e políticas. A autora acrescenta ainda que esse é um termo usado “partir dos movimentos emancipatórios relacionados ao exercício de cidadania” como movimento negro, feminista, LGBTQI+ e de PcD.

A obtenção do controle é uma das características essenciais para o empoderamento do sujeito, uma vez que a pessoa empoderada tem a condição de tomar suas próprias decisões sobre sua vida no âmbito pessoal e coletivo, desse modo, o empoderamento é indispensável para o desenvolvimento de sujeitos protagonistas na sociedade (ALMEIDA; FARIAS; FARIAS, 2020).

É uma característica protagonista dos usuários a própria busca por informação e conhecimento, e as TIC, por sua vez, têm cada vez mais facilitado o desenvolvimento de perfis de pessoas que estão sendo protagonistas na busca por informação, apropriando-se das informações obtidas e tornando-se assim cidadãos empoderados na sociedade contemporânea.

Percebemos assim que o protagonismo está diretamente relacionado ao exercício da cidadania em todos os níveis (individual, grupal e social) e que seu objetivo não é dominação, competição ou disputa por interesses individuais, mas sim, a defesa de questões que afetam os indivíduos em sua coletividade (ALMEIDA; FARIAS; FARIAS, 2020, p. 8).

O empoderamento individual diz respeito a ganhar forças e agir na melhoria de sua própria vida enquanto indivíduo; o empoderamento organizacional relaciona-se por sua vez com os processos de trabalho e a busca pela autonomia e participação do corpo funcional em uma instituição; o empoderamento comunitário tem um viés mais coletivo e social, onde estão presentes ação de capacitação e articulação de grupos em busca de direitos e exercícios da cidadania (BAQUERO, 2012).



O empoderamento está presente na sociedade contemporânea de diferentes formas, em contextos sociais diversos e que são processos que podem envolver todos os sujeitos que compõem a sociedade. Alguns profissionais têm o importante papel de desempenhar ações enquanto agentes que podem facilitar no desenvolvimento de um perfil empoderado. Damos atenção às práticas que devem ser desenvolvidas pelos bibliotecários.

No contexto do bibliotecário, o empoderamento se desenvolve principalmente no nível organizacional [...] onde ele deve demonstrar segurança para a tomada de decisão e para planejar e executar ações de interesse da instituição como um todo. O bibliotecário precisa lembrar que o cerne de sua função está no atendimento das necessidades informacionais dos sujeitos e por isso, carrega grande responsabilidade também na formação de indivíduos empoderados e capazes de exercer sua cidadania (ALMEIDA; FARIAS; FARIAS, 2020, p. 18).

O empoderamento e protagonismo podem ser desenvolvidos, também, pela mediação da informação. Gomes (2014, p. 47) explica que a mediação da informação tem como objetivo o desenvolvimento do protagonismo social, uma vez que a ação mediadora “dependente do nível de conscientização do agente dessa ação quanto ao seu próprio papel protagonista”. Diante disso, uma mediação bem-sucedida pode proporcionar aos sujeitos envolvidos na ação mediadora o desenvolvimento de novas possibilidades e potencialidades (GOMES, 2014).

A mediação da informação, como afirma Gomes (2014), é uma ação geradora de experiências. O agente mediador deve ter competências para acolher, ouvir e dialogar com o outro, para que exista o compartilhamento de vivências e informações. Nesse mote, os estudos de usuários devem ser desenvolvidos numa perspectiva em que exista uma ação mediadora dialógica, dotada de trocas de experiências, de significados e de aprendizados, em que se considera as necessidades e demandas do usuário.

Gomes (2019) explica que o protagonismo representa uma ação de resistência contra a opressão e discriminação, que busca combater os antagonismos que afetam os indivíduos na sociedade. Ser protagonista é ter ações de liderança e tomadas de decisão, ser um sujeito social ativo o qual age como um elemento mobilizador de transformações.

As TIC são instrumentos que têm facilitado esse tipo de comportamento protagonista. Os cidadãos têm atualmente um leque variado de informações, seja de caráter político, social, profissional ou educativo. Tais informações

evocam mudanças comportamentais, emergindo assim as práticas de usuários protagonistas na busca por informação. Ressalta-se que “o protagonismo social se caracteriza como elemento fundante do processo democrático de construção das bases de humanização do mundo” (GOMES, 2019, p. 19) e que esse elemento deve ser considerado na realização dos estudos de usuários.

### **3 Pessoas com Deficiência: legislação e percursos para inclusão socioinformacional**

Após a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, iniciaram-se debates sobre questões referentes ao amparo de pessoas com deficiência. A partir dos anos 2000 foram promulgadas uma série de novas leis que tinham como objetivo promover a inclusão das PcD. A Lei de Acesso à Informação, Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, regula o direito de acesso à informação pública, que pretende promover a cidadania e o controle social de gestão pública. Toda informação produzida, sob guarda, organizada e gerenciada pelo estado é de livre acesso à população, exceto em casos específicos. Este acesso se caracteriza como um dos fundamentos para a consolidação da democracia, fortalecendo a capacidade dos indivíduos de interagir de modo ativo na sociedade (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2011).

A Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), publicou um documento no intuito de estabelecer diretrizes políticas para o desenvolvimento e promoção de informação governamental, trazendo uma definição de informação pública:

A informação de domínio público refere-se à informação publicamente acessível, cuja utilização não infringe qualquer direito legal, ou qualquer obrigação de confidencialidade. Refere-se, portanto, por um lado, ao domínio de todos os trabalhos ou objetos associados a tais direitos, os quais podem ser explorados por todos sem qualquer autorização, por exemplo quando a proteção não é concedida por lei nacional ou internacional, ou devido à expiração do termo de proteção (UHLIR, 2006, p. 13).

A Lei 13.146/2015, denominada Lei Brasileira de inclusão de pessoas com deficiência (LBI), entrou em vigor em 2016 com o objetivo de “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015, p. 1). Ainda nessa perspectiva legislativa, destaca-se o Decreto n° 5.296, de 02 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei n 10.048,

de 08 de novembro de 2000 que prioriza o atendimento às pessoas que especifica, dentre as quais está a PcD.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promover a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (BRASIL, 2004). Por fim, a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que legaliza a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como meio de comunicação e expressão, além de apoiar de forma institucionalizada e difundir a Libras (BRASIL, 2002).

No meio legislativo, a comunidade de pessoas com deficiência está amparada por leis, decretos, normas, dentre outros documentos normativos que garantem os seus direitos enquanto cidadãos, contudo, ainda existem diversos desafios para a inclusão e integração desse grupo na sociedade.

Para além da legislação, pode se destacar a Norma Técnica Brasileira 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que estabelece critérios e parâmetros a serem observados em edificações, mobiliário, instalação e adaptação, espaços e equipamentos urbanos para garantir a acessibilidade (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2020).

Destacamos a importância de possibilitar com o auxílio das TIC o engajamento e a participação social e política da PcD e, assim, iniciar um caminho de garantias para a inclusão. Fujino (2017) pontua que a informação é um instrumento capaz de facilitar a inclusão social além de servir como empoderamento do cidadão para a construção de uma sociedade em que há como base o respeito às diferenças. Desse modo pontuamos que “a informação é, portanto, um direito de todos. É um bem comum, que pode e deve atuar como fator de integração, democratização, igualdade, cidadania, libertação e dignidade pessoal” (TARGINO, 1991, p. 154).

A inclusão no tocante à educação é um grande desafio, principalmente tratando-se do nível superior. Segundo pesquisa realizada pela OCDE e divulgada em 2019 pelo jornal O Globo, somente 21% dos brasileiros entre 25 e 34 anos têm diploma de ensino superior (O GLOBO, 2019). Acrescentam-se, ainda, as manifestações das dificuldades por questões atitudinais, arquitetônicas e de comunicação e informação (SOUZA; RABELO, 2014).

Posto isso, fica claro que precisam ser repensadas muitas questões dentro da universidade de modo a incluir esta comunidade, além de integrá-la ao ambiente acadêmico, proporcionando participação na universidade na qual se encontram. Os caminhos para essa inclusão estão na disponibilidade de informações



acessíveis. Souza e Rabelo (2014) exemplificam isso relatando sobre a possibilidade de se construir um acervo acessível para pessoas com deficiência visual, uma vez que tal acervo facilitaria a aprendizagem, e, conseqüentemente, a inclusão.

Como outro exemplo de inclusão existe o sistema de cotas para pessoas com deficiência. Na chamada regular do Sistema de Seleção Unificado (SISU) do 1º semestre de 2018) proporcionou um aumento no número de alunos com deficiência na UFC, alcançando 131 pessoas, desse total a maioria era pessoa com de deficiência física (80), seguidos pelos com deficiência visual (28), mental (13), auditiva (8), e por fim, múltipla (2) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2018).

A Secretaria de Acessibilidade da UFC publicou um censo em 2019 com o número de alunos com deficiência matriculados, onde foi contabilizado um total de 342 estudantes. A inclusão de pessoas com deficiência no meio acadêmico corrobora a ideia de que nessa situação, o bibliotecário deve estar apto a desempenhar o seu papel profissional e social de forma eficaz, dialogando, mediando e disseminando informação para todos os usuários que compõem a comunidade acadêmica.

Refletindo sobre as práticas do bibliotecário ante às constantes mudanças sociais, compreende-se que esse profissional precisa dar atenção para sua educação continuada, para adquirir novas competências e habilidades a fim de realizar um atendimento adequado aos usuários com deficiência. Portanto, o bibliotecário deve repensar sua formação de modo a torná-lo apto a atuar em uma sociedade mais inclusiva (COSTA; DUARTE, 2017).

Costa e Duarte (2017) apontam que é preciso repensar a ênfase dada a certos conteúdos na formação do bibliotecário com o objetivo de proporcionar maior segurança às novas demandas do seu campo de atuação profissional. Observando ainda o estudo desses autores, percebemos que a formação do bibliotecário não fornece qualificação suficiente para atender as necessidades das pessoas com deficiência, e apenas a convivência com a PcD é que proporciona a experiência e a sensibilidade (COSTA; DUARTE, 2017).

Portanto o bibliotecário precisa não apenas estar ciente da necessidade de inclusão sócioinformacional como também ser atuante na promoção dela, visto que mediar, proporcionar acesso à informação, e incentivar a construção de conhecimento são partes imprescindíveis desta profissão. O bibliotecário deve ter a sensibilidade e compreender a existência da diversidade de seus usuários e

prezar pela educação continuada e o desenvolvimento de produtos, serviços e estudos científicos (FERNANDES, 2018).

#### **4 Tecnologia assistiva: aspectos para acessibilidade, inclusão e integração da pessoa com deficiência**

A expressão Tecnologia Assistiva (TA) é empregada para indicar o conjunto de recursos e serviços que permitem ou ampliam as habilidades funcionais de pessoas com deficiência, contribuindo para qualidade de vida e inclusão social de quem as utiliza. A TA está presente desde uma cadeira de rodas, muletas ou bengalas até um sofisticado sistema computadorizado. Sartoretto e Bersch (2017) explicam a origem desse termo:

O termo *Assistive Technology*, traduzido no Brasil como Tecnologia Assistiva, foi criado em 1988 como importante elemento jurídico dentro da legislação norte-americana conhecida como *Public Law* [...]. Compõe com outras leis, o ADA - *American with Disabilities Act*, que regula os direitos dos cidadãos com deficiência nos EUA, além de prover a base legal dos fundos públicos para compra dos recursos que estes necessitam (SARTORETTO; BERSCH, 2017, online).

A Tecnologia Assistiva foi estabelecida como política pública no Brasil pelo Comitê de Ajudas Técnicas (CAT) que foi determinada por meio Decreto nº 5296 no âmbito da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Em 2015, a definição de Tecnologia Assistiva é exemplificada pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência como:

[...] produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2015, online).

Com o intuito de anular as barreiras provocadas pela deficiência, a finalidade da TA é, conforme Bersch (2017, p. 2),

[...] proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado e trabalho.

A TA é facilitadora das atividades da vida cotidiana e oportuniza a participação de quem as utiliza, gerando autonomia e independência das pessoas com deficiência.

No livro *Mídia e Deficiência*, da Fundação Banco do Brasil, o especialista em estudos de pessoa com deficiência, Romeu Sassaki, elenca seis quesitos básicos para dizer que uma sociedade é acessível, sendo estes:

**Acessibilidade arquitetônica:** não há barreiras ambientais físicas nas casas, nos edifícios, nos espaços ou equipamentos urbanos e nos meios de transporte individuais ou coletivos. **Acessibilidade comunicacional:** não há barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, incluindo textos em braile, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital). **Acessibilidade metodológica:** não há barreiras nos métodos e técnicas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc) e de educação dos filhos (familiar). **Acessibilidade instrumental:** não há barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional) e de lazer ou recreação (comunitária, turística ou esportiva). **Acessibilidade programática:** não há barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias) e normas ou regulamentos (institucionais, empresariais etc). **Acessibilidade atitudinal:** não há preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações (VIRVATA, 2003, p. 24, grifo nosso).

Portanto, uma instituição será chamada de inclusiva quando conseguir executar esses parâmetros de acessibilidade nesses seis contextos, afirmando que há preocupação em acolher toda e qualquer singularidade existente na diversidade humana (VIRVATA, 2003).

A acessibilidade, como caracteriza Leitão (2014), é a condição fundamental para todo e qualquer processo de inclusão social e a eliminação de barreiras que impossibilitam a participação de pessoas com deficiência nos vários âmbitos da vida social. Nessa perspectiva, Leitão (2014, p. 23) afirma que

[...] acessibilidade é para todos, sobretudo, segundo o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, para as pessoas que possuem limitação para o desempenho de atividades, enquadrando-se nessa categoria aquelas com deficiência física, deficiência intelectual, deficiência visual (cegueira ou baixa visão), deficiência auditiva (surdez ou audição reduzida), deficiências múltiplas e as que apresentam mobilidade reduzida.

Diante das dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência no âmbito da universidade, Pupo e Vicentini (2002 *apud* SOUSA; RABELO, 2014, p. 59) afirmam que “muitos alunos com deficiência iniciam uma atividade de pesquisa na universidade e são ‘barrados’ pela inexistência de uma infraestrutura adequada”. Isso acontece devido às problemáticas que universidades, faculdades e demais IES enfrentam por causa da falta de acessibilidade de seus ambientes, sobretudo a acessibilidade informacional.

Considerando esse cenário foi criado o Programa Incluir, (BRASIL, 2018) do Ministério da Educação (MEC) “que convoca as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) para o compromisso com a inclusão educacional de pessoas que apresentem alguma condição de deficiência [...]”, como afirma Leitão (2014, p. 24).

#### 4.1 Secretaria de Acessibilidade e UFC-Inclui

Nesse contexto de desafios e barreiras para a acessibilidade, foi criado na Universidade Federal do Ceará em 2009 a Comissão Especial de Educação Inclusiva (CEIn), “responsável por realizar estudos das condições de acessibilidade, com o fim de propor políticas voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência na UFC” (LEITÃO, 2014, p. 25). Ainda de acordo com o exposto, Leitão (2014) explica que a partir desses estudos foi elaborado o documento Políticas de Acessibilidade da UFC, que consiste em propostas políticas e estratégias de ação para a inclusão de PcD no ambiente universitário, considerando os diversos aspectos da acessibilidade. Foi proposto também a criação da Secretaria de Acessibilidade UFC Incluir em 2009, sendo implantada em 2010.

A Secretaria de Acessibilidade UFC Incluir é um órgão administrativo, ligado à reitoria que busca integrar as pessoas com deficiência no cotidiano da universidade. Tem como objetivo elaborar, executar e gerenciar ações de acessibilidade, oferecer suporte às unidades acadêmicas e administrativas para a efetivação da acessibilidade e estimular o desenvolvimento de uma cultura inclusiva na UFC (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2016a).

Os eixos de atuação da Secretaria de Acessibilidade são: atitudinal, exercício de respeito às diferenças com o intuito de propagação da cultura inclusiva; pedagógico, acompanhamento da vida acadêmica dos estudantes e realização de ações que facilitem o ensino-aprendizagem; tecnológica, oferta de recursos e serviços de Tecnologia Assistiva; comunicacional, oferecer recursos e atividades que promovam a autonomia dos sujeitos que necessitam de serviços específicos

para acessar conteúdos propostos e espacial, que consiste na adaptação de espaços e estruturas físicas a fim de promover o direito de ir vir (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2016b).

Diversos serviços são oferecidos pela Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui, dentre eles: assessoria pedagógica; disponibilização de material acessível, como, por exemplo, estudantes surdos têm acesso a vídeos com interpretação em Libras, além da interpretação simultânea em sala de aula de conteúdos acadêmico; para acadêmicos com deficiência visual são disponibilizados impressora *Braille*, textos compatíveis com *softwares* leitores de tela; disponibilização de intérprete de Libras em eventos oficiais da UFC; inclusão de conteúdo sobre acessibilidade em vários projetos pedagógicos da universidade e a realização de eventos, como a Semana de Inclusão e Acessibilidade, que consiste no incentivo a discussões sobre o tema acessibilidade e seus eixos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2016c; 2016d).

## 4.2 Atividades remotas e os desafios à comunidade de pessoas com deficiência

Em razão do momento que o país enfrenta com a pandemia do novo Coronavírus (SARS-CoV-2), o Ministério da Educação, em 17 de março de 2020 tornou pública a Portaria n. 343 onde se estabeleceu a suspensão de aulas presenciais e a substituição por aulas a distância. Hodges *et al.* (2020, *on-line*, tradução nossa) afirma que “o ensino remoto de emergência (ERE) é uma mudança temporária de ensino para um modo de ensino alternativo devido a circunstâncias de crise”. O que não pode ser confundido com Educação a Distância (EaD). Com isso, foi preciso que as IES buscassem soluções que viabilizassem atender as necessidades de toda comunidade acadêmica, para que todos tenham acesso à informação durante o ensino remoto.

Na modalidade remota existem desafios na acessibilidade que impossibilitam ou dificultam o acesso de pessoas que necessitam de algum tipo de atendimento especializado. Diante dessa realidade, Salton, Agnol e Turcatti (2017) afirmam que para entender a importância da acessibilidade nos ambientes virtuais e o desenvolvimento de materiais inclusivos é necessário conhecer quem são esses indivíduos, quais as dificuldades enfrentadas para o acesso ao meio digital e quais as possíveis adaptações que possam promover essa inclusão.

Em consequência disso, as barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência são singulares em relação às suas limitações. Salton, Agnol e Turcatti (2017)



explicam que alguns dos obstáculos são: para pessoas com deficiência física, as tecnologias e dispositivos que precisam de precisão na utilização; para pessoas com deficiência auditiva, a ausência de Libras ou imagens relacionadas ao conteúdo do texto apresentado e áudio e vídeo sem legenda ou Libras; para pessoas com deficiência visual, imagens sem descrição e vídeos e textos sem a alternativa de áudio.

## 5 Percurso Metodológico

Para compor o referencial teórico do presente estudo foram realizadas buscas bibliográficas, em bases de dados como a Base de dados em Ciência da informação (BRAPCI) e Portal de Periódicos da Capes e o Repositório Institucional da UFC. Foram pesquisados os seguintes termos: “Estudos de usuários”, “Pessoa com deficiência”, “Acessibilidade da informação” e “Tecnologia assistiva”.

A partir dos resultados encontrados, foi realizada a seleção de trabalhos acadêmicos que se encaixam no tema desta pesquisa e posterior leitura dos mesmos. A seleção priorizou trabalhos que abordassem conceitos, estudos de casos e pesquisas voltadas aos usuários da informação e a PcD, com ênfase na acessibilidade informacional. Ademais, foi feita a busca de legislações e normas técnicas que possuíssem relação com acessibilidade, além de pesquisas nos canais institucionais da universidade, como o da secretaria de acessibilidade.

No intuito de atingir os objetivos estabelecidos, optamos pela pesquisa de natureza exploratória, com abordagem qualitativa. Para Gil (2002) a pesquisa exploratória busca aumentar a familiaridade com o problema pesquisado, para torná-lo mais explícito ou construir uma hipótese. Ainda de acordo com Gil (2002, p. 41):

Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

A pesquisa qualitativa por sua vez se caracteriza pelo aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc. não considerando as questões numéricas. Portanto existe uma preocupação com aspectos da realidade que não podem ser quantificados e focando na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Levando em consideração o atual contexto da pandemia, onde se faz necessário o distanciamento social, optamos por usar o questionário eletrônico como instrumento de coleta de dados por perceber que este não apresenta riscos à saúde dos pesquisadores e da comunidade estudada. Destacamos ainda algumas vantagens desse método como a liberdade e a segurança na hora de responder em razão de serem respostas anônimas (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Destarte, aplicou-se um questionário eletrônico via e-mail com 17 perguntas, entre objetivas e subjetivas voltadas à comunidade de pessoas com deficiência da UFC a partir de um banco de dados com a comunidade de PcD, cadastradas semestralmente pela secretaria de acessibilidade da UFC. Delineamos como público da pesquisa discentes de graduação e pós-graduação, docentes e técnicos administrativos. As perguntas são relacionadas às atividades remotas que estão sendo realizadas em âmbito do ensino para alunos e de trabalho para técnicos administrativos e docentes, investigando pontos positivos e negativos, questões estruturais, tecnológicas, psicológicas e de acessibilidade.

Esta pesquisa concentra-se na comunidade de PcD da UFC, que são no total de 450 discentes registrados na instituição, conforme dados da Secretaria de Acessibilidade. Devido à desatualização de dados, somente 370 alunos receberam o formulário via *e-mail*. Já os servidores docentes e técnicos-administrativos totalizaram 136. Apresentamos na seção a seguir, os resultados desta pesquisa, com base na livre participação do público.

## 6 Resultados e discussões

Obtivemos um total de 71 respostas. Desses respondentes, 28 são do gênero feminino e 43 do gênero masculino. Além disso, foi sistematizado o perfil de vínculo do público pesquisado com a universidade sendo que 76% (N=54) dos respondentes são discentes (graduação ou pós-graduação), 19,7% (N=14) são técnicos administrativos em educação (TAE) e 4,2% (N=3) são docentes. Apresenta-se, na Tabela 1, a relação das pessoas com deficiência organizada por tipo de deficiência, sexo, quantidade de pessoas e porcentagem. Esse tipo de dados é importante para compreender inicialmente o perfil do público investigado.

**Tabela 1** – Comunidade de pessoas com deficiência

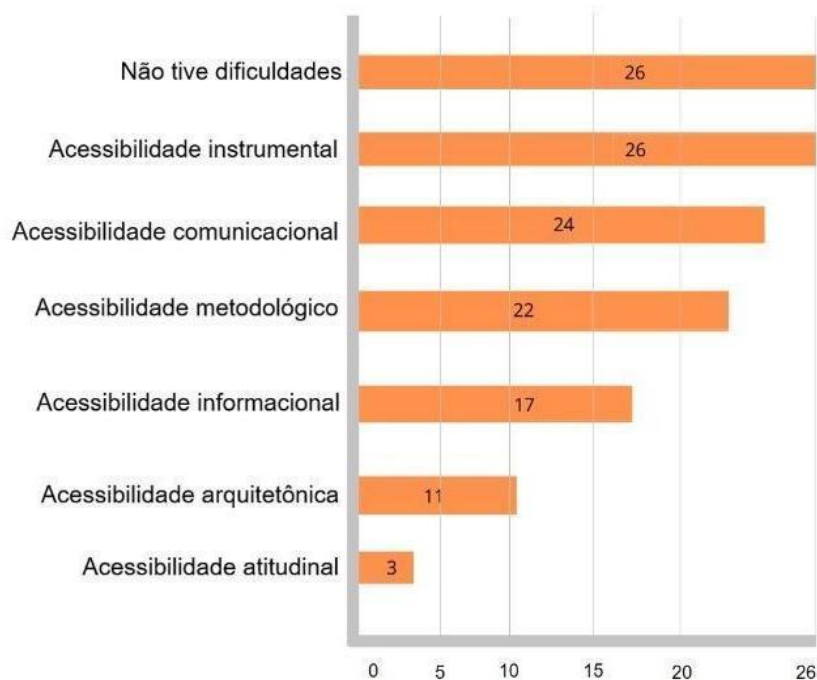
Tipo de deficiência	Sexo	Quantidade	Porcentagem
Física	Homens	23	50,7%
	Mulher	13	
Visual	Homens	10	19,7%
	Mulher	4	
Intelectual	Homens	5	12,7%
	Mulheres	4	
Auditiva	Homens	4	14,1%
	Mulheres	6	
Múltiplas	Homens	1	2,8%

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Averiguou-se que, quanto ao perfil da comunidade de pessoas com deficiência da Universidade Federal do Ceará, as quais compõem os dados dessa pesquisa, têm-se: 36 pessoas com deficiência física (50,7%), 14 possuem deficiência visual (19,7%), nove com deficiência intelectual (12,7%), 10 com deficiência auditiva (14,1%) e duas com múltiplas deficiências (2,8%).

Referente às questões de adaptação ao modelo de atividades remotas, foi questionado se o uso de recursos de Tecnologia Assistiva foi útil para tornar as atividades remotas acessíveis. Dos 71 respondentes, aproximadamente 69% (N= 49) concordaram ou concordaram totalmente com a assertiva, o que demonstra as potencialidades das TA no âmbito de promoção da acessibilidade para a realização das atividades remotas, e desse modo, contribuindo intrinsecamente para um ambiente acadêmico inclusivo, convergindo com as pontuações de Bersch (2017) sobre a promoção de independência, qualidade de vida e inclusão das pessoas com deficiência. Entretanto, cerca de 25,5% (N= 18) discorda ou discorda totalmente que a TA contribuiu para atividades acessíveis e 5,6% (N = 4) não soube opinar acerca da assertiva.

Em razão disso, desenvolvemos o Gráfico 1, o qual exemplifica quais dificuldades foram latentes durante esse período de isolamento e distanciamento social no tocante à realização das atividades remotas, onde compreende-se desde problemas de acessibilidade instrumental, metodológica, informacional, dentre outros tipos explanados por Vivarta (2003) e apresentados anteriormente.

**Gráfico 1 – Dificuldades Relativas à Acessibilidade**

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Observamos que os três maiores problemas de acessibilidade na UFC durante o período estudado estão relacionados em primeiro lugar pela acessibilidade instrumental (36,6%), seguido da acessibilidade comunicacional (33,8%) e metodológica (31%). Tais dados fortalecem a percepção de que é iminente a existência de barreiras para o uso de utensílios e ferramentas que facilitariam as atividades remotas, ao mesmo passo que também existem barreiras nos métodos, técnicas e nas formas de comunicação empregadas em algumas disciplinas ou modalidades laborais.

A fim de compreender o teor dessas dificuldades, foi formulada uma pergunta subjetiva e opcional, onde os respondentes teriam a possibilidade de descrever um breve relato dos desafios e barreiras enfrentadas durante a realização das atividades remotas. Foi obtido um total de 40 relatos que descrevem brevemente o tipo de dificuldade ocorrida. Apresentamos, no Quadro 1 alguns, desses relatos, onde percebe-se nitidamente a existência de desafios operacionais das mais diversas naturezas, que cruzam questões de adequação estrutural, tecnológica e informacional.

## Quadro 1 – Relato de dificuldades

Relato das dificuldades	<p>Dificuldade de assistir às aulas devido a falta de equipamentos eletrônicos e queda frequente internet, muita dificuldade de organização, concentração e assimilação dos conhecimentos.</p> <p>Tenho muita dificuldade de ficar em uma mesma posição. Por tanto as vezes ficar durante horas em frente a um computador me deixou muito desconfortável.</p> <p>Dificuldade de áudios, falta de computador, um pouco de dificuldade virtual</p> <p>Falta de Legenda nas aulas realizadas pela webconferência.</p> <p>Dificuldade de enxergar algumas palavras</p> <p>Dificuldade com acesso a biblioteca</p> <p>Problemas relativos mais especificamente com a adaptação de ferramentas de hardware para desenvolver o trabalho remoto.</p> <p>Às vezes a internet dos alunos e minha ocorria problema quando utilizávamos webconferência, não dava para ver a sinalização (Libras) na tela (webconferência, pois travava. A internet de maioria não é de boa qualidade.</p> <p>Falta de padronização dos professores em utilizar as plataformas pois uns utilizavam um tipo de plataforma e outros usavam outros e nem todas eram acessíveis aos leitores de tela.</p> <p>Dificuldade para aprendizagem na cadeira de matemática. Materiais utilizados pelo professor não eram acessíveis nem facilitaram a minha inclusão nas aulas. Barulhos externos e falta de luminosidade adequada também prejudicaram bastante a realização de atividades como provas e trabalhos.</p> <p>O ambiente de casa não foi o melhor para assistir aula, muito barulho e formas de distração. Os materiais relativos às disciplinas eram muito longos, as letras eram do tamanho normal e por isso dificultou a leitura, tive que optar por ferramentas de narração da tela para uma melhor compreensão, mas ainda assim ficou cansativo pois não tinha familiaridade com a ferramenta.</p> <p>A maior dificuldade no início foi organizar os equipamentos necessários em casa como computador, impressora, mesa adequada e também uma cadeira adequada, já que o tempo dedicado ao trabalho foi intenso. Acredito que a questão dos utensílios, ferramentas ou instrumentação foi minha grande dificuldade.</p>
-------------------------	--

**Fonte:** Dados da pesquisa.



Tomando como base o apontado no Gráfico 1 e as respostas mostradas no Quadro 1, podemos inferir que houve dificuldades relacionadas ao uso das TICs. Muitos participantes apontaram barreiras para compreensão de textos, falta de padronização no uso de plataformas virtuais para realização de aulas ou avaliação. No que diz respeito às dificuldades instrumentais, houve relatos de entraves para obtenção de materiais exigidos em disciplinas e na obtenção de dispositivos eletrônicos para acesso à internet, em parte justificados pelo fechamento temporário da biblioteca universitária e a falta de recursos para aquisição de equipamentos eletrônicos.

Destacamos ainda as dificuldades de acessibilidade metodológica, onde o público relatou impasses de compreensão e aprendizado dos conteúdos abordados nas disciplinas e a falta de adequação das mesmas para o estudante com deficiência, como é o caso das aulas sem legenda, a falta de padronização de ambientes virtuais ou aulas em que não houve intérprete de Libras. O que torna-se tanto um desafio de acessibilidade quanto de inclusão da PcD nas atividades acadêmicas.

Acrescentamos ainda os desafios no âmbito da acessibilidade informacional, uma vez que houve falta de materiais em formato acessível e de acesso a biblioteca universitária, considerando que a biblioteca encontrava-se fechada como uma das formas de evitar a proliferação do Coronavírus.

Somente 26 (36,6%) dos 71 respondentes apontaram não ter tido nenhum tipo de problema de acessibilidade na modalidade de atividades remotas. Tal dado é deveras alarmante, pois mesmo em um novo formato de estudo e trabalho, é necessário que a instituição promova devida assistência para realização dessas atividades sem prejuízo aos envolvidos. Assim, esse tipo de estudo que compreende as necessidades do público é importante para produção de materiais e ambientes de informação acessíveis (SALTON; AGNOL; TURCATTI, 2017).

Dentre as mudanças ocorridas nesse período de adaptação, a estrutural foi um aspecto marcante no processo de intercâmbio para as atividades remotas, sejam elas de ensino ou trabalho. Os sujeitos tiveram que (re)adaptar o seu lar para desenvolver tais atividades. Além disso, devido ao isolamento social, a casa tornou-se também um ambiente para momentos de lazer e descanso uma vez que locais como *shoppings*, bares e restaurantes estavam fechados.

Nessa perspectiva, descobrimos que ao menos 35 (49,3%) dos respondentes concordaram ou concordaram totalmente que ter a casa como ambiente para estudo, trabalho, lazer e demais atividades atrapalhou o rendimento nas

atividades remotas da universidade. 23 (32,4%) discorda ou discorda totalmente desse tópico e 13 (18,3%) não opinaram.

Percebeu-se que muitos são os fatores de teor interno e externo ao ambiente domiciliar que podem ter contribuído para um ambiente não propício ao desenvolvimento de atividades, tais como fatores tecnológicos, estruturais e psicológicos. Assim sendo, na Tabela 2 estão dispostas condições estruturais e psicológicas dos participantes durante o período de realização das atividades remotas.

**Tabela 2 – Condições estruturais e psicológicas**

Perguntas	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo e nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
Dispõe de condições estruturais (como silêncio e local adequado) para a realização das atividades remotas.	12 (16,9%)	22 (31%)	12 (16,9%)	14 (19,7%)	11 (15,5%)
Dispõe de condições psicológicas (saúde mental e bem-estar) para a realização das atividades remotas.	11 (15,5%)	27 (38%)	13 (18,3%)	12 (16,9%)	8 (11,3%)

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Identificaram-se dois eixos importantes que estão retratados na Tabela 2 e são de suma importância para realização de atividades de ensino e trabalho durante os tempos de distanciamento e isolamento social: a estrutura ambiental e psicológica. Foram pontuadas vantagens pelo público pesquisado quanto à realização de atividades em casa, sobretudo no que diz respeito ao deslocamento e à facilidade de adaptação do ambiente domiciliar. Em contrapartida, destacam-se problemas estruturais externos, como ruídos ou falta de iluminação adequada. Nesse sentido, ressaltamos os dados da Tabela 2 os quais revelam que ao menos 35,2% (N= 25) do público não dispõe de condições estruturais para a realização das atividades remotas.

Acrescentamos ainda que o atual momento em que a sociedade contemporânea se encontra tem causado impactos psicológicos iminentes nos sujeitos. Desgaste emocional, cansaço mental, crise de ansiedade e pânico, insônia, tristeza e medo são algumas das condições psicológicas potencializadas durante o período de isolamento social (MARI, 2020). Isso torna mais difícil o processo de adaptação às atividades remotas, gerando dificuldades de

concentração e empenho nas tarefas a serem realizadas nas disciplinas ou no trabalho. Os dados da Tabela 2 mostram ainda que a maioria do público da pesquisa dispõe de saúde mental para seguir com as atividades remotas, porém, existe um número considerável de pessoas que apontam não possuírem condições psicológicas para passar por essa modalidade de atividades.

Além disso, frisamos também como ponto relevante o acesso a equipamentos tecnológicos adequados e que possibilitem a realização das atividades remotas. Descobriu-se que aproximadamente 80% (N= 58) do público pesquisado tem acesso a estes equipamentos e consegue realizar as tarefas, isto é, podem acessar aulas, fazer deveres, participar de reuniões, dentre outras atividades. Parte desse acesso foi facilitado pela universidade, a qual proporcionou o acesso às TICs, seja por meio da entrega de mais de 6000 *chips* com pacotes de dados, equipamentos eletrônicos ou benefícios financeiros para compra.

Por fim, foi questionado ao público pesquisado se ele possuía agentes de acessibilidade que os auxiliassem na realização de atividades remotas. Do total de respostas, 56,3% (N=40) apontam que não possuem nenhum tipo de auxílio por parte desses agentes, 20 (28,2%) afirmam que recebem auxílio de amigos e familiares, 13 (18,3%) têm professores como agentes de acessibilidade, 4 (5,6%) têm coordenadores de curso, três têm secretárias e bibliotecários como agentes de acessibilidade (4,2%).

Os dados apresentados a respeito do bibliotecário como agente de acessibilidade recaem sobre uma questão importante na atuação profissional: o protagonismo e o empoderamento. Urge a necessidade de o bibliotecário atuar no cerne das demandas informacionais e sociais, agindo como protagonista por meio da mediação da informação, incentivando o exercício da cidadania (ALMEIDA; FARIAS; FARIAS, 2020).

Os dados da pesquisa, em linhas gerais, corroboram os apontamentos de Fujino (2017) a qual pontua que, embora o Brasil tenha avançado no contexto de disponibilização de informação, ainda carece de estudos sobre acessibilidade informacional e não só no âmbito informacional, como também em outros contextos de acessibilidade como instrumental, comunicacional e metodológica, a qual a percebemos serem atualmente os maiores problemas para a consolidação de atividades remotas efetivas.

## 7 Considerações finais

O presente estudo conseguiu alcançar de forma satisfatória os objetivos propostos. Constatamos que, embora existam problemas de acessibilidade metodológicas já citados, a TA foi um fator fundamental para diminuir esse impacto tanto no âmbito estudantil quanto trabalhista. Outro ponto a se destacar foram as condições estruturais e tecnológicas, que foram aspectos importantes a serem observados e que se percebeu não ser um grande problema, o que em parte se percebe pelos esforços institucionais em possibilitar a inclusão digital da comunidade acadêmica. Por fim, percebemos a atuação dos agentes de acessibilidade, onde acreditamos ser um ponto a se melhorar, sobretudo pela maioria do público pesquisado não possuir nenhum agente.

A pesquisa realizada foi fundamental para compreender através de dados, aspectos iniciais sobre as questões relativas às condições de acessibilidade nos mais diversos eixos durante as atividades remotas. Foi possível traçar um perfil da comunidade estudada, além de descobrir os pontos positivos e negativos das atividades remotas para as PcD. A partir desse estudo, abre-se a possibilidade para a instituição traçar novos caminhos estratégicos para o melhor desenvolvimento de métodos para as atividades remotas de modo a proporcionar maior inclusão à comunidade de PcD.

Ressaltamos que a realização dos estudos de usuários é fundamental para compreender de maneira sistêmica e holística as nuances que envolvem os usuários da informação em determinados contextos. Tais estudos são cada vez mais necessários uma vez que as pessoas possuem complexas necessidades envolvendo o uso, disseminação, apropriação e (re)produção de informação, sobretudo em um contexto onde as TICs facilitam e dinamizam esses processos ao mesmo passo que facilita o desenvolvimento de cidadãos cada vez mais protagonistas e empoderados na busca por informações, sejam estas para formação continuada, cultura, lazer ou demais âmbitos.

Assim sendo, operacionalizar estudos de usuários voltados às pessoas com deficiência torna-se de suma importância para que o ambiente acadêmico consiga possibilitar ações de inclusão e integração, promovendo assim, acessibilidade nos mais variados níveis possíveis.

Nesse contexto, o bibliotecário é um profissional e um agente de acessibilidade potencial que deve se especializar e adquirir novas competências e habilidades para facilitar ações no âmbito da acessibilidade informacional, disponibilizando informações em diferentes formas e formatos para a comunidade de PcD. Para

isto, é preciso aderir uma postura protagonista e empoderada, não ficando em uma posição inerte frente aos desafios dos novos tempos, investindo em educação e capacitação profissional.

## Referências

ALMEIDA, Larisse Macêdo de; FARIAS, Maria Giovanna Guedes; FARIAS, Gabriela Belmont de. Empoderamento e protagonismo social na práxis bibliotecária. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1274>. Acesso em: 08 set. 2020.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 22, n. 1, 25 maio 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/9896>. Acesso em: 02 set. 2020.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Biblioteconomia: fundamentos e desafios contemporâneos. **Folha de Rosto**, v. 3, n. 1, p. 68-79, 17 ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/193>. Acesso em: 01 set 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020. Disponível em: [http://www.portaldeaccessibilidade.rs.gov.br/uploads/1596842151Emenda\\_1\\_ABNT\\_NBR\\_9050\\_em\\_03\\_de\\_agosto\\_de\\_2020.pdf](http://www.portaldeaccessibilidade.rs.gov.br/uploads/1596842151Emenda_1_ABNT_NBR_9050_em_03_de_agosto_de_2020.pdf). Acesso em: 10 set. 2020.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/26722>. Acesso em: 08 set. 2020.

BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. 2017. Disponível em: [https://www.assistiva.com.br/Introducao\\_Tecnologia\\_Assistiva.pdf](https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf). Acesso em: 02 set. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5296, de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 03 dez. 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm). Acesso em: 02 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 07 jul. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 1 set. 2020.



BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, 25 abr. 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm). Acesso em: 31 ago. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Incluir.** 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>. Acesso em: 07 set. 2020.

CONCEIÇÃO, Monaliza Gomes da; ROCHA, Ucinéide Rodrigues. TIC para manutenção dos estudos em período de pandemia na Universidade Federal da Bahia. **Folha de Rosto**, v. 6, n. 2, p. 95-106, 3 jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/528>. Acesso em: 01 set 2020.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Acesso à informação pública: uma introdução à lei 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Brasília, DF: CGU, 2011. 24p. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/cidadania/wp-content/uploads/2014/04/CGU-2011-CartilhaAcessoalInformacao.pdf>. Acesso em: 11 set 2020.

COSTA, Maria de Fatima Oliveira. **Estudos de usuários da informação: ensino e aprendizagem no Brasil.** Fortaleza, CE: Edições UFC, 2016. 246 p.

COSTA, Michelle Karina Assunção; DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal. A (in)acessibilidade nas bibliotecas universitárias: a interação entre o bibliotecário de referência e o usuário com deficiência. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S.l.], v. 13, n. 2, p. 161-178, jul./dez. 2017. Disponível em: [https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/479#:~:text=A%20\(in\)acessibilidade%20nas%20bibliotecas,Brasileira%20de%20Biblioteconomia%20e%20Documenta%C3%A7%C3%A3o](https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/479#:~:text=A%20(in)acessibilidade%20nas%20bibliotecas,Brasileira%20de%20Biblioteconomia%20e%20Documenta%C3%A7%C3%A3o). Acesso em: 05 set. 2020.

FERNANDES, Joana D'Arc Páscoa Bezerra. **Diagnóstico da acessibilidade informacional na biblioteconomia brasileira.** 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Biblioteconomia, Ciência da Informação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/32778/72990>. Acesso em: 05 set. 2020.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Estudo de uso e usuários da informação.** Brasília: Ibict, 1994. 154 p. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/452>. Acesso em: 02 set 2020.

FUJINO, Asa. Acessibilidade informacional de PCD no contexto da lei de acesso à informação: desafios para estudo de usuários. **Informação em Pauta**, v. 2, n. Especial, p. 237-257, 2 nov. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/20656>. Acesso em: 03 set. 2020.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

GOMES, Henriette Ferreira. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994>. Acesso em: 10 set. 2020.

GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo social e mediação da informação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 10-21, mar. 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4644>. Acesso em: 10 set. 2020.

HODGES, Charles. *et al.* The Difference Between Emergency Remote Teaching and Online Learning **Educase Review**, 27 mar. de 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning>. Acesso em: 10 set. 2021.

LEITÃO, Vanda Magalhães. Caminhos para a acessibilidade na UFC. *In*: LEITÃO, Vanda Magalhães; VIANA, Tania Vicente. (org.). **Acessibilidade na UFC: tessituras possíveis**. Fortaleza: Edições UFC, 2014. p. 19-38.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

MARI, Jair de Jesus. **Quais os principais efeitos da pandemia na saúde mental?**. UNIFESP, São Paulo. 07. abr. 2020. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/dci/noticias-antiores-dci/item/4395-quais-os-principais-efeitos-da-pandemia-na-saude-mental>. Acesso em: 10 set. 2020.

O GLOBO. Educação. **Com universidades em colapso, Brasil tem uma das menores taxas de pessoas com ensino superior no mundo**. O GLOBO. [s.l.]. 10 set. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/com-universidades-em-colapso-brasil-tem-uma-das-menores-taxas-de-pessoas-com-ensino-superior-no-mundo-23936365>. Acesso em: 10 set. 2020.

PINTO, Flávia Virgínia Melo; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Estudos de usuários: quais as diferenças entre os conceitos comportamento informacional e práticas informacionais?. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 6, n. 3, p. 15-33, jan. 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/8037>. Acesso em: 02 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Após cotas, aumenta presença de estudantes com deficiência na UFC**. 2018. Disponível em: <https://prograd.ufc.br/pt/aumenta-presenca-de-estudantes-com-deficiencia-na-ufc/>. Acesso em: 04 set. 2020.

SALTON, Bruna Polleto; AGNOL, Anderson Dall; TURCATTI, Alissa. **Manual de acessibilidade em documentos digitais**. Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2017. 108 p.

SARTORETTO, Mara Lúcia; BERSCH, Rita. **Assistiva: tecnologia e educação**. Tecnologia e Educação. 2017. Disponível em: <https://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>. Acesso em: 02 set. 2020.

SOUSA, Clemilda dos Santos; RABELO, Jeriane da Silva. Biblioteca inclusiva: construindo pontes entre o visível e o invisível. In: LEITÃO, Vanda Magalhães; VIANA, Tania Vicente (org.). **Acessibilidade na UFC: tessituras possíveis**. Fortaleza: Edições Ufc, 2014. p. 59-74.

TARGINO, Maria Das Graças. Biblioteconomia, informação e cidadania. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 20, n. 2, 1991. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/reb/>. Acesso em: 03 set. 2020.

UHLIR, Paul F. **Diretrizes políticas para o desenvolvimento e a promoção da informação governamental de domínio público**. Brasília, DF: Unesco, 2006. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000137363\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000137363_por). Acesso em: 31 ago. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Secretaria de Acessibilidade. Universidade Federal do Ceará. 12 dez. 2016a. **O que faz a Secretaria?** Disponível em: <https://acessibilidade.ufc.br/pt/sobre-a-secretaria-de-acessibilidade-ufc-inclui/o-que-faz-a-secretaria/>. Acesso em: 07 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Secretaria de Acessibilidade. Universidade Federal do Ceará. 12 dez. 2016b. **Quais os eixos de atuação da Secretaria?** Disponível em: <https://acessibilidade.ufc.br/pt/sobre-a-secretaria-de-acessibilidade-ufc-inclui/quais-os-eixos-de-atuacao-da-secretaria/>. Acesso em: 07 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Secretaria de Acessibilidade. Universidade Federal do Ceará. 6 dez. 2016c. **Semana de Inclusão e Acessibilidade**. Disponível em: <https://acessibilidade.ufc.br/pt/eventos/semana-de-acessibilidade/>. Acesso em: 07 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Secretaria de Acessibilidade. Universidade Federal do Ceará. 12 dez. 2016d. **Sobre a Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui**. Disponível em: <https://acessibilidade.ufc.br/pt/sobre-a-secretaria-de-acessibilidade-ufc-inclui/>. Acesso em: 07 set. 2020.

VIRVATA, Veet. (org.). **Mídia e deficiência**. Brasília: Andi; Fundação Banco do Brasil, 2003. 184 p. (Diversidade). Disponível em: [http://www.andi.org.br/sites/default/files/Midia\\_e\\_deficiencia.pdf](http://www.andi.org.br/sites/default/files/Midia_e_deficiencia.pdf). Acesso em: 07 set. 2020.

## Sobre a autoria

### **Ítalo Teixeira Chaves**

Bacharel em Biblioteconomia, pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestrando em Ciência da Informação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB).

italo.chaves99@gmail.com

### **Flávio Sousa de Andrade Júnior**

Bacharel em Biblioteconomia, pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

flavioj14@gmail.com

### **Raquel Gomes Justino de Siqueira**

Graduanda em Biblioteconomia, pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

raquel.siqueira\_@hotmail.com

### **Giovanna Rocha Fernandes**

Graduanda em Biblioteconomia, pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

giovanna.fernandes2009@gmail.com

### **Maria de Fátima Oliveira Costa**

Doutora em Ciência da Informação, pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Pós-Doutora em Ciência da Informação, pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Universidade Federal do Ceará.

fatima12oliveiracosta@gmail.com

## Notas

### **Agradecimentos**

À Secretaria de Acessibilidade UFC Incluir e à Seção de Atendimento à Pessoas com Deficiência da Universidade Federal do Ceará.

Artigo submetido em: 16 jul. 2021.  
Aceito em: 05 jan. 2022.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgual 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

**UFCA** UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CARIRI

Centro de Ciências Sociais Aplicadas  
Mestrado Profissional em Biblioteconomia  
Revista Folha de Rosto



✉ [folhaderosto@ufca.edu.br](mailto:folhaderosto@ufca.edu.br)

📷 [@revistafolhaderosto](https://www.instagram.com/revistafolhaderosto)

🐦 [@revfolhaderosto](https://twitter.com/revfolhaderosto)

Este periódico é uma publicação do [Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri](#) em formato digital e periodicidade quadrimestral.